SETAAD

FACULDADE DE ENSINO TEOLÓGICO

ELEMENTO DE PEDAGOGIA



32º Matéria

Pr Gilmar Itália

CNPJ: 35.712.730/0001-08

OS AGENTES DA EDUCAÇÃO

1.1. Os agentes gerais

Podem considerar-se agentes de educação aqueles aos quais, de qualquer modo, compete ministrar, aos seus semelhantes, instrução e educação, embora não seja essa a sua atividade específica.

Estão nesse caso os avós, pais, tios, irmãos mais velhos, chefes, patrões, magistrados, etc.

Evidentemente, os membros da família têm o dever e a obrigação de ministrar, aos membros imaturos da mesma família, as noções fundamentais ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e intelectual da criança.

Mas dever e obrigação não constituem capacidade.

Os pais, por exemplo, têm as suas profissões próprias; não podem consagrar toda a sua vida à formação da infância. Além disso, falta-lhes a necessária preparação, e até pode acontecer que lhes faltem disposições naturais e outras qualidades inerentes ao desempenho de tal atividade.

O mesmo pode dizer-se com respeito aos dirigentes, patrões, magistrados, etc. Todos eles – por força da natureza dos próprios cargos - devem educar com palavras, conselhos e admoestações; com exemplos, com atos de justiça, etc. Mas embora possa e devam ser educadores no sentido genérico do vocábulo, não são professores.

Só estes é que são os agentes da Educação, porque só estes é que têm por dever e obrigação instruir e educar. É esta as sua profissão e o seu modo de vida.

O médico, o advogado, o engenheiro podem educar pela palavra e pelo exemplo, e devem, certamente, fazê-lo. Os dirigentes podem educar os seus subordinados, não só pelo exemplo, mas mediante uma direção inteligente, justa humana e nobre. Porém, esta ação é sempre insuficiente e precária. Não obedece qualquer espécie de sistematização: é fortuita, ocasional e fragmentária.

A educação para surtir os desejados efeitos, tem de ser metódica, coordenada, progressiva, contínua e operante.

Esta só pode efetuar os professores, que recebem, para isso, preparação especial e que têm ao seu dispor os necessários meios, para obtenção do referido fim.

No entanto, antes de estudarmos a entidade professor, e antes de esboçarmos o seu profissiograma, devemos fazer referência a um agente geral de educação suigeneris, que entre os restantes merece ser considerado à parte. Esse agente é o Estado.

1.1.1. O Estado educador

Mas merecerá, de fato, o Estado a designação de educador?
Vejamos, rapidamente, o problema.
Não resta dúvida que é o Estado quem comanda e dá forma à vida social; é ele quem orienta e molda – de harmonia com os superiores interesses da grei - a estrutura cívica e profissional dos cidadãos. É ele quem lhes define os direitos e quem lhes marca os deveres. É ele que considera a vida social num plano superior ao plano dos interesses individuais, e determina, dentro desse plano, o que é lícito e o que é ilícito, tomando em linha de conta os princípios religiosos, morais, filosóficos e econômicos que informam e moldam cada época. É o Estado, em suma, que impõe a disciplina, que marca as sanções e concede as recompensas. Todas essas funções são essencialmente educativas.

Está claro que são exercidas de modo indireto, por meio da legislação. É por intermédio de leis que o Estado promulga os princípios gerais da vida social e de todas as demais regras especiais de caráter social, econômico, cultural, profissional, deontológico, higiênico, etc.: "o Estado moderno - escreve Pietro Cogliolo – foi chamado, e bem, um Estado de Direito, não porque tenha por único escopo e tutela do direito, e não porque se lhe negue a benéfica e crescente intromissão em todas as atividades sociais, mas porque o seu organismo, o seu operar, a sua constituição, são revestidas de formas jurídicas".

Aliás, o Direito e a Moral têm de viver ligados. Uma lei injusta e iníqua não pode ser considerada como lei: "toda lei útil ao Estado é, por conseqüência, útil às pessoas: toda lei útil às pessoas é, conseqüentemente, útil ao Estado", observa Cogliolo.

Quando o Estado promulga leis gerais e morigeradoras, leis de assistência, leis sociais, leis penais, leis de higiene, leis deontológicas, etc., exerce ação educativa; e exerce idêntica ação quando defende a moralidade externa, e proclama a nulidade dos contratos contra bonos mores.

É ainda educador quando estabelece tribunais e, nomeadamente, Tutorias da Infância, Instituições de reeducação, de readaptação e correção, etc.; é educador quando exerce a sua ação preventiva, repressiva e punitiva.

Mas o Estado é o agente geral de Educação por excelência não só por tudo quanto fica dito, mais ainda por outra razão importante, e é ele que o Estado é o instituidor, mantenedor e fiscalizador da própria organização escolar. É ele que cria e sustenta os estabelecimentos de ensino oficiais, é ele que inspeciona as escolas particulares e que determina, em suma, os princípios a que deve obedecer toda a Educação. O Estado tem interesse na formação do cidadão, e, segundo Smith, deve esforçar-se por atingir essa preparação através de cinco pontos fundamentais:

1) Defesa da saúde pública, no que se refere à higiene, à profilaxia social e à robustez do indivíduo: "A educação física é um dos problemas do Estado moderno";

2) Preparação do indivíduo, de modo que cada um possa sustentar-se por si próprio;
3) Desenvolvimento do progresso social, por meio da cooperação, da solidariedade, da disciplina e da responsabilidade;
4) Desenvolvimento da cultura geral e da cultura profissional;
5) Preparação cívica, capaz de incutir, no cidadão, a compreensão da vida política do Estado, e o respeito pelas instituições. Para isso, preconiza-se o ensino de noções elementares de História da Civilização, de Direito, de Socialização, de Economia Política, etc.

Pode afirmar-se que a Escola é um órgão do Estado; ela tem de servir os interesses gerais, e, portanto, terá de se subordinar, mesmo quando particular, às suas diretrizes. A Escola tem de servir os interesses superiores da comunidade; não pode ser inimiga destes interesses. Terá de respeitas a personalidade, mas integrando-se sempre no grupo social.

O Estado tem uma função pedagógica de caráter supletivo, não devendo, por conseqüência, absorver ou eliminar o direito educativo privativo dos demais grupos sociais.
Ao Estado compete, em suma: promover e proteger a atividade e as iniciativas das diversas instituições educadoras (Família, Igreja e Escola) e suprir e completar as insuficiências e lacunas das referidas instituições, sem, de forma alguma, se lhes substituir.

1.1.2. Os agentes específicos

Já vimos que os agentes específicos da Educação, por excelência, são os professores. Mas, evidentemente, o professor - ou seja aquele que se limita a ensinar a matéria na qual é especializado – não satisfaz à Pedagogia contemporânea.

O verdadeiro professor, digno de tal nome, deve ser, ao mesmo tempo, educador.
Estas duas palavras são sinônimas. Todos os professores, dignos de tal designação, devem ser educadores; mas nem todos os educadores são professores.

Educador é aquele que, pela palavra, pelo exemplo, pela ação – e em todas as emergências ou circunstâncias da vida – ministra conhecimentos, proporciona modelos e exerce sugestões eficazes sobre um indivíduo imaturo ou até sobre um grupo. Professor é aquele que limita a ensinar oralmente, numa aula, a matéria em que é especialista.

O verdadeiro professor alia, sempre, à sua profissão, a qualidade de educador.
Também pode ser considerado agente específico da Educação o pedagogo, isto é, aquele que se consagra ao estudo dos problemas concernentes à Educação, e que, como tal, fornece as diretrizes e as luzes ao professor.

No entanto, é-se pedagogo, em geral, por vocação; pode-se mesmo, ser pedagogo sem ser professor, quer por tendência irresistível do espírito, quer por especial

vocação. Pode ser-se pedagogo, pelo fato de se cultivar outra ciência, que com a Pedagogia tenha afinidades. Assim acontece a muitos filósofos, a muitos psicólogos e a muitos sociólogos.
O professor pode não ser pedagogo - e por vezes até convém que não o seja -, mas tem de saber Pedagogia e tem de ser educador, se porventura quiser cumprir o seu dever com elevação e dignidade.

Segundo Stead, o professor – seja de que grau de ensino for - deve ser preparado em obediência ao seguinte plano:

a) Deve possuir conhecimentos de Psicologia;
b) Deve possuir conhecimentos de Sociologia;
c) Deve possuir conhecimentos de Filosofia política;
d) Deve possuir conhecimentos sérios de cultura geral, para avaliar a importância relativa das diversas matérias, a fim de, entre elas, estabelecer a necessária hierarquia;
e) Deve possuir conhecimentos especiais das disciplinas a ensinar;
f) Finalmente, deve ter fé na sua missão, e entusiasmo para a realizar.

O problema da formação do professor implica, desde logo, duas soluções: a solução teórica, que procuraria conseguir professores como o máximo de qualidade; e a solução prática, que se limita a procurar professores com o mínimo de qualidades humanamente possíveis:

"É evidente – pondera Vieira de Almeida – que o melhor professor de crianças seria o homem dotado de qualidades de atração inatas, com maleabilidade de inteligência e de sensibilidade, finura de juízo, volubilidade de palavra, e excepcionalmente culto, pois só a verdade e profunda cultura dá capacidade para alguém se mover no domínio dos valores do conhecimento, quer nos problemas do método, que nos da aquisição. Sendo assim, nenhum povo, por mais progressivo, poderia em época alguma conseguir um pugilo mínimo de mestres de crianças".

Quer isto quer dizer que não podemos ter a pretensão de procurar os máximos, devendo limitarmo-nos a procurar os mínimos.

Desde que haja esse mínimo de qualidades, o resto virá depois, com estudo, boa vontade e experiência. Não é possível encontrar a perfeição absoluta. Mas já é apreciabilíssimo encontrar desejo de aperfeiçoamento. Quem procura a perfeição já é quase perfeito.

1.2. O FENÔMENO PEDAGÓGICO

1.2.1. O problema da Pedagogia

O problema educativo é universal, como já vimos. Surge em todos os povos e em todas as civilizações.

A princípio, os homens agiam empiricamente. Mas, a partir de certo momento, e à medida que iam adquirindo novos conhecimentos, começaram a ponderar, que a educação também era suscetível de estudo, de investigação e de sistematização.
Assim foram caminhando, e seguindo o método do ensaio e do erro. Enganavam-se hoje? Procuravam, no dia seguinte, uma nova solução. E se ainda essa falhava, tentavam outra e outra...
Assim foram surgindo as bases da Pedagogia, que hoje é costume definir como a ciência e a arte da Educação.

Dissemos que surgiram as bases; não dissemos que surgiu a ciência. Com a Pedagogia, deu-se um fenômeno curioso. Durante séculos e séculos, o problema educativo foi objeto de estudo e de meditação, sem que se houvesse atribuído a este conjunto de conhecimentos, mais ou menos sistematizados, qualquer designação específica.

Em geral, eram os filósofos que versavam os problemas educativos. Entre a realidade e a filosofia havia uma grande distância, que raramente se transpunha.

As idéias sobre educação eram empíricas, e ninguém se lembrou de procurar, desde logo, qualquer palavra para designar o conjunto metodizado de conhecimentos, respeitantes à questão educativa. Só muito tarde aparece o vocábulo Pedagogia, para designar uma ciência e uma arte que tinham raízes antiquíssimas, quase tão velhas como a própria Humanidade.

É curioso anotar a evolução progressiva desta referida palavra. Na Grécia e em Roma, chamava-se pedagogo ao servo ou escravo que acompanhava as crianças à escola. O próprio termo significa, em grego aquele que conduz a criança (paidos, genitivo de pais: criança; e agos: diretor oriundo de ago: eu guio).

Com o decorrer do tempo, o pedagogo subiu um poço de categoria: começou por um simples condutor ou guardião da criança, no seu percurso de casa até à escola, e acabou, em Roma, por se transformar num preceptor. Roma conquistara a Grécia, e entre os prisioneiros, reduzidos à escravidão, tinham vindo muitos atenienses cultos e ilustrados, cujas habilidades e conhecimentos os romanos sumamente apreciavam. É ver o que, ao tempo, Juvenal escrevia, a respeito dos helenos: “... Têm gênio galhofeiro, audácia pronta, linguagem fluente. Que juízo formais de um grego? Imaginais que seja um único indivíduo? Pois oculta, dentro de si, uma infinidade. É, ao mesmo tempo, gramático, geômetra, pintor, augure, médico, mágico, sabe tudo quanto quer saber, compreende tudo quanto quer compreender”.

Em face desta multiplicidade de conhecimentos, os patrícios e cavaleiros romanos entregaram a educação dos filhos a gregos, seus escravos, alguns dos quais eram filósofos, sofistas, rectores, sábios enfim.

Entretanto, decorreu tempo, e surgiu a Idade-Média, após a trágicas invasões dos bárbaros.

As condições de vida transformaram-se completamente, e como a escravatura desapareceu, sob um fluxo benemérito do Cristianismo, o pedagogo-escravo deixou de existir.

Passaram, então, a receber o nome de pedagogos os estudantes universitários pobres, que se instalavam, nos castelos senhoriais e nos solares, servido de preceptores dos filhos dos fidalgos e grandes senhores. Enquanto estudavam, iam ensinando. Em geral, recebiam, em paga, pequenas importâncias. Na maioria dos casos, ensinavam apenas a troco de comida, luz e roupa lavada.

Depois, como, naqueles tempos recuados, a instrução era difícil, estes estudantespedagogos começaram – com autorização dos respectivos senhores – a reunir os filhos do solar, onde lecionavam outras crianças das redondezas, de famílias conhecidas. Surgiram, desta maneira, embrionárias escolas particulares. A palavra pedagogo começou, por tal fato, a ser usada como sinônimo de mestre-escola.

Simplesmente, como estes estudantes-pedagogos se apresentavam de modo irritante, com um certo ar doutoral e de superioridade, que o humilde mestre-escola não tinha, o público atribuiu ao vocábulo, pedagogo, um sentido pejorativo: “Aquela palavra foi por muito tempo tomada numa acepção deprimente e como sinônima de pedante”.

Este significado persistiu durante muito tempo, na linguagem corrente, como o atestam os diversos dicionários.

Foi da palavra pedagogo que derivou, mais tarde, o termo Pedagogia, e só então começou aquela palavra a nobilitar-se verdadeiramente.

No século XVIII, surge, segundo se afirma, pela primeira vez, o vocábulo Pedagogia, registrado no Dictionaire de la Langue Française, de 1762.

O termo já devia ser usado na linguagem corrente, porque os dicionários registram, quase sempre, tardiamente as palavras de emprego usual.

Em Espanha, só apareceu o termo Pedagogia, na 11ª edição do Dicionário de la Lengua Castellana de 1884, e, mesmo assim, apenas com o significado de arte.

Em Portugal, já se encontra esta palavra registrada num Dicionário de 1858, mas não com o sentido de arte, nem ciência. Nota-se, na definição apresentada, a influência do sentido pejorativo, que até então se atribuíra ao vocábulo pedagogo. Eis o que se lê no aludido Dicionário:

“Pedagogia: O tom, e superioridade dos pedagogos; magistralidade, pedantaria, dogmatismo; diz-se à má parte: “não sofrem bem a sua pedagogia”, “depor a pedagogia”, “a pedagogia dos mais filósofos do tempo tem corrompido a mocidade

desassisada", "a sua impertinente pedagogia poderá mestrar e sobressair em escolas de aldeia".

Com a formação definitiva da Ciência da Educação, o vocábulo Pedagogia não só se nobilitou a si próprio, mas também enobreceu a palavra e a profissão de pedagogo.

Hoje, este termo designa, de um modo geral, o especialista em Pedagogia ou o professor de Pedagogia.

1.2.2. Conceito de Pedagogia

Para alguns autores, Pedagogia seria a arte que se esforça por preparar a criança para a realização, na medida do possível, do ideal humano concebido pelo educador; e, nesta ordem de idéias, fato pedagógico seria de toda e qualquer operação tendente à preparação do educando para o cumprimento do seu destino humano. Atualmente, porém, define-se a Pedagogia como a ciência e a arte de educar.

Quando o homem começou a ponderar, em plano superior, ao problema educativo, desde logo compreendeu que a educação tinha, necessariamente, de responder, entre outras, às seguintes perguntas essenciais: Qual deve ser o objetivo da educação? Que devemos ensinar? Como devemos ensinar?

Para responder a estas interrogações, foi necessário procurar sair, do terreno empírico, para o campo da especulação, da investigação científica e da experimentação.

Eis, portanto, os dois grandes ramos básicos da Pedagogia: um investiga os fins: Pedagogia racional ou teológica; outro procura descobrir – mediante a observação e a experimentação – qual a maneira, mais inteligente e mais eficaz, de atingir esses objetivos: é a Pedagogia positiva.

Mas a Pedagogia não podia ser, apenas, uma ciência pura ou especulativa. Tinha, igualmente, de ser uma ciência aplicada, e como tal uma arte. Quando a Pedagogia põe a execução das teorias e as doutrinas concebidas pelos pedagogos é uma arte ou, se quiserem, uma tecnologia.

Nestas condições, a Pedagogia estabelece aquilo que há a fazer; estuda os meios de realizar, e põe em prática aquilo que concebeu.

Quem, atualmente, pretender educar ensinar, não pode prescindir dos conhecimentos da Pedagogia, que representam a experiência e o estudo sistematizados do fato educativo. A intuição e a vocação não podem substituir o conhecimento desta ciência:

"Um mestre dotado de grandes aptidões e de ardente vocação, depois de tentear e ensaiar, talvez chegue a encontrar, por si mesmo, o caminho que deve seguir. Porém, todo o tempo gasto em experiências será tempo perdido para a obra da educação em geral, e, muito especialmente, para as pobres crianças que forem vítimas destes infrutuosos ensaios".

A Pedagogia não é uma ciência exata, e este fato contribui, poderosamente, para tornar difuso o seu âmbito e transcendente o seus estudo. Esclarecendo que a ciência da Educação difere das outras ciências, afirma Wilbois, conforme já dissemos, que "ela não é uma ciência de fatos, mas, sim, de possibilidades – as possibilidades da alma da criança em submeter-se as influências educativas".

A Pedagogia tem, na sua frente, o homem, que é o mais instável dos elementos: e tem, além do mais, que considerar esse homem, na vida individual, familiar, profissional e social: "...em Pedagogia, o que importa, acima de tudo, é ter uma concepção exata da vida".

O homem é um microcosmo; a vida – nos seus aspectos fisiológicos e sociais – é uma floresta, por vez um labirinto, de onde se torna forçoso sair. Por isso, "a primeira preocupação que deve ter, quem trata de penetrar no campo emaranhado da Pedagogia, é a de se orientar".

Mas orientar-se recorrendo a que meios? Quais são as ciências, ou elementos de que a Pedagogia tem de se socorrer, para alcançar os objetivos que lhe são marcados?

Eis, pois, o problema que primeiro lhe surge pela frente.

1.2.3. Ciências que servem a Pedagogia

A Pedagogia não pertence ao grupo das ciências fundamentais. É uma ciência derivada, que não tem vida independente. Depende de outras ciências, isto é, de todas aquelas que estudam o homem nos seus diversos aspectos, e que procuram encontrar soluções para os vários problemas que o afligem, quer no plano individual, quer no plano filosófico ou social.

Vejamos pois, nesta ordem de idéias, quais são as ciências básicas da Pedagogia, das quais esta tem de se utilizar para conseguir, de um modo eficaz. Os seus múltiplos e complexos objetivos.

Visto que a educação tem por finalidade formar o homem, são as ciências humanas que importa, fundamentalmente, conhecer. Uma única ciência não pode, de maneira alguma, arrogar-se a presunção de, só por si, penetrar no ministério do homem, como acentua Aléxis Carrel: "O homem é um todo indivisível de extrema complexidade. É impossível ter uma concepção simples do que ele seja, nem há método capaz de o apreender simultaneamente no seu conjunto, nas suas partes e nas suas relações com o mundo exterior. No seu estudo têm de ser utilizadas as técnicas mais variadas, e diversas ciências. Cada uma destas ciências leva a uma concepção diferente do seu comum objeto. Dele, cada uma não abstrai senão o que a natureza da sua técnica lhe permite atingir. E a soma de todas estas abstrações é menos rica do que o fato concreto (...) Porque a anatomia, a química, a filosofia, a psicologia, a pedagogia, a história, a sociologia, a economia política e todos os seus ramos, não esgotam o assunto".

Compreendendo isto mesmo, a Pedagogia socorre-se de todos os elementos que, de longe ou de perto, possam esclarecer o enigma humano, e permitir encontrar soluções para o problema fundamental das sociedades, qual é educação das gerações imaturas.

Em primeiro lugar, há que estudar as ciências do homem considerado em si próprio:

a) Psicologia;
b) Ciências biológicas;
c) Antropologia.

Em segundo lugar, interessa conhecer as ciências e as técnicas do homem considerado em grupo, nas suas relações com o meio social, cósmico e geográfico:

a) Sociologia;
b) Antropogeografia;
c) Estatística.

Em terceiro lugar, é preciso não esquecer as ciências que procuram dar a explicação mais profunda do universo, ou sejam a suas origens e os seus fins:

Ciências filosóficas.

Das relações existentes entre cada uma destas ciências ou técnicas e a Pedagogia, vamos dizer, a seguir, quanto baste para a compreensão de tão magno problema.

1.2.3.1. Psicologia

Uma das ciências básicas da Pedagogia é, inquestionavelmente, a Psicologia. Nada pode fazer-se, ou mesmo tentar-se, em educação, sem o auxílio e a estreita colaboração desta ciência. O pedagogo tem, na sua frente, a criança. Como há de orientá-la? Como há de instruí-la? Como há de disciplinar os seus instintos, inclinações e tendências? Cada problema pedagógico que surge, aos seus espírito, é simultaneamente um problema psicológico. Para dirigir almas, torna-se necessário conhecê-las, nas suas manifestações conscientes e inconscientes. Por isso, com razão observa Guillaume; que “o grande movimento contemporâneo da reforma da educação inspira-se na psicologia da criança e fornece-lhe, pela sua parte, preciosas verificações...”.

Aquele pedagogo que pretendesse agir à margem da Psicologia, só por inspiração, realizaria uma obra sem base e sem consistência: trabalharia ao vácuo! Poderia, teoricamente, conceber teorias e hipóteses sugestivas, mas todas elas seriam inaplicáveis, por considerarem uma criança abstrata, e não a criança concreta, que, realmente, existe. Só a Psicologia é que, verdadeiramente, nos revela a criança, na sua evolução natural, e só em face desse conhecimento será possível formular doutrinas consistentes e métodos eficazes: “A Psicologia – escreve um autor brasileiro – leva naturalmente o conhecimento das leis pedagógicas, e os sistemas educativos só se tornam aplicáveis, quando os processos psíquicos deixam de oferecer resistência e facilitam ao pedagogo a necessária experimentação. Sem estar instruída sobre os mecanismos desses processos, a atividade pedagógica será meramente

teórica, e nunca prática ou experimental. A Psicologia torna a educação realizável, e uma doutrina pedagógica que não leva em conta os múltiplos fatores da resistência e defesa, que a atividade psíquica pode oferecer, condena-se uma atuação superficial e ilógicas".
Um problema importante surge, todavia, ao estabelecermos as relações entre a Pedagogia e a Psicologia. E é ele o seguinte: Quais serão as psicologias que interessam, verdadeiramente, ao pedagogo?

Na realidade, dentro da Psicologia, aparecem, hoje, tantas modalidades, que o espírito das pessoas alheias a estes problemas fica perplexo. Aliás, em virtude da quase infinita variedade de orientações e de terminologias, já alguns autores de nomeada chegaram a admitir a existência de uma crise da Psicologia. Outros foram levados a pôr esta questão: Haverá uma só Psicologia?

De fato, as ramificações da Psicologia são múltiplas. Ciência ainda em evolução formativa, cada autor de nomeada procura, para ela, uma nova direção. Uns querem orientar a Psicologia no sentido antropológico. Outros pretendem orientá-la num sentido útil e concreto. Às designações, já muito conhecidas, de Psicologia racional ou metafísica. Psicologia geral, Psicologia individual, Psicologia experimental, Psicologia estática, Psicofilosofia, Psicologia científica, acrescem novas terminologias: Psicologia genética, Psicologia infantil, Psicologia coletiva, Psicologia social, Psicologia diferencial, Psicologia patológica, Psicologia dos Santos, Psicologia dos sexos, Psicologia fenomelógica, Psicologia comparada, Psicologia explicativa e casual, Psicologia compreensiva, Psicologia interpretativa, Psicologia morfológica, Psicologia associacionista, Psicologia totalitária, Psicologia orgânica, Psicologia ontogenética, Psicologia filogenética, Psicologia dos povos, Psicologia do comportamento ou da reação, Psicologia dos animais, Psicologia literária, Psicanálise, Interpsicologia, etc.

Poderíamos dizer, com certa propriedade, que vivemos na Época da Psicologia, pois quase tudo com esta se relaciona: Psicometria, Psicopatologia, Psicognóstica, Psicosociologia, Psicotécnica, Psicografia, etc.

Como há de orientar-se o pedagogo, no meio desta floresta de orientações, de terminologias e de teorias? Quais as psicologias que mais lhe interessam para o caso?

Otto Lippmann declara, a propósito: "O professor que possua somente conhecimentos de psicologia geral, pode dizer-se que nada se sabe a respeito da matéria com a qual tem de lidar".

É claro que os conhecimentos gerais interessam-lhe, como base, mas além deste, interessa-lhe a lição formulada, principalmente, pelas: Psicologia diferencial, Psicologia genética, Psicologia experimental, Psicologia infantil, Psicologia da adolescência, Psicologia patológica, Psicologia do comportamento, Psicologia coletiva (dos grupos e das multidões), Psicotecnia, etc.

Evidentemente, um professor não pode abarcar, só por si, tantas e tão complexas ramificações psicológicas. Aliás, o professor não é psicólogo, como o psicólogo não é professor. Cada um tem o seu campo de ação. O professor precisa de conhecer psicologia, o que é diferente; precisa, portanto, do psicológico, e este precisa do professor. São entidades distintas, que devem colaborar uma com a outra, pois desta colaboração só resultarão benefícios para ambos.
Bem sabemos que, por vezes, é difícil distinguir onde termina a Pedagogia, e onde começa a Psicologia. Os limites não são fáceis de determinar. No entanto, há problemas que interessam, de um modo especial, ao educador: reflexos, inconsciente, memória, atenção, pensamento, aptidão de aprender, capacidade de trabalho, fadiga, interesse, vontade, imaginação, intensidade de sentimentos, formação de hábitos, atividade lúdica, diferenças de temperamento e de caráter, diferenças de sexo, de idade, etc.

Foi precisamente para estudar estes problemas, nas suas relações com a Pedagogia, que Otto Lippmann defendeu a criação da Psicologia Pedagógica, a qual seria uma ciência normativa, destinada a por em equação os seguintes problemas:

a) Leis gerais da vida psíquica, que tenham relação com o ensino, ou que possam aplicar-se ao processo educativo;
b) Modificações de que essas leis gerais são susceptíveis, sob a ação da idade ou do sexo dos educandos;
c) Particularidades individuais do educando, quando exijam o emprego de métodos pedagógicos especiais;
d) Diversidade de métodos de ensino e de aprendizagem, nas suas relações com a natureza especial de cada matéria.

A Psicologia experimental deu, naturalmente origem, à Pedagogia experimental. E assim como a primeira tem sido, e continua a ser objeto de larga controvérsia, o mesmo acontece à Pedagogia experimental.

Os entusiasmos respeitantes à Psicologia experimental, que tudo pretendia medir, já hoje arrefeceram, porque se conheceu que a Psicologia, embora seja uma ciência rigorosa, não é uma ciência exata:

“A generalização de que ela é capaz é morfológica e não puramente quantitativa; as suas fronteiras são o típico e não o universal; a sua finalidade consiste no estudo do característico e não no geral. O morfológico, o típico e o característico, ou a forma, o tipo e o caráter, são os seus objetivos fundamentais”.

A Psicologia experimental procura medir e pesar os fenômenos de consciência. Mas será isso possível, adentro de uma ciência ideográfica, como a classificou Windelband? É ainda Delfim Santos que procura responder a esta questão: “É que os fenômenos mensuráveis pertençam aos domínios da psico-física, da biopsicologia, ou a Psicofilosofia. Mas nada disso é ainda psicologia. O psíquico não parece ser susceptível nem de mensuração, nem de explicação causal”.

Idênticos exageros se verificaram nos domínios da Psicologia experimental. Quando esta apareceu, como conseqüência daquela, Lay afirmou, que deixaria de existir uma Pedagogia experimental ao lado de uma Pedagogia geral, e que a Pedagogia experimental passaria a ser a única Pedagogia.

Ora esta previsão falhou. A Pedagogia experimental tem o seu lugar marcado, mas não exclusivo:
"...a pedagogia experimental tem dois campos de investigação muito diferentes: um, é que propriamente o básico, é o da investigação geral do desenvolvimento corporal e espiritual da criança, e deste grupo do seu trabalho obtém conclusões gerais para organização da instrução em geral – sob o ponto de vista de que se há de acomodar toda a instrução às leis do desenvolvimento natural da criança. O segundo grande campo de investigação é a didática experimental; esta procura abrir caminho para a fundamentação científica da instrução e para a compreensão e atividade da aprendizagem da criança na instrução, realizando uma análise psicológica do seu trabalho espiritual, nas diferentes matérias escolares. Se conhecermos exatamente este trabalho, que a criança realiza na leitura, escrita e cálculo, na aquisição dos conhecimentos da linguagem e das matérias das ciências matemáticas e naturais, conheceremos assim as condições segundo as quais pode conduzir-se mais facilmente o espírito da criança a realização última, e adquiriremos, desta maneira, normas para o procedimento do aluno e do educando no trabalho das referidas matérias".
A Pedagogia experimental deve, pois, ser usada com a maior prudência, a fim de não se confundir com a própria Psicologia experimental: os inquéritos, as estatísticas experiências, embora com feição psicológica, devem obedecer a objetivos pedagógicos e a métodos também pedagógicos.

É Pedagogia experimental que indica as metodologias, os programas, a duração das lições, etc. Mas deve haver o maior cuidado na observação dos fatos e nas conclusões a deles extrair.

Uma das ramificações da Psicologia experimental, que interessa muitíssimo à Pedagogia, é a Psicotecnia ou Psicotécnica. Diversas são as definições propostas para esta derivação psicológica. Munstemberg limita-se a dizer que se trata da Psicologia ao serviço da Prática. Outros há que consideram a Psicotécnica como o conjunto de aplicações da Psicologia a qualquer domínio da vida, para atingir determinados fins, mediante o emprego de determinados meios. Porém, a definição proposta, pela Associação Internacional da Psicotécnica, é a seguinte: Aplicação dos métodos da Psicologia experimental à consecução de fins práticos em todas as esferas da vida humana, individual e social.

Sobre a importância que, no campo pedagógico, tem a Psicotecnia, basta lembrar as palavras do Otto Lippmann:

“No que respeita a psicotecnia, não será possível aplicar ao estudante os fatos e dados adquiridos pelo estudo da mesma nos adultos. Por exemplo: Não é possível aceitar à priori, que o melhor método de aprendizagem para homens feitos seja o de melhores resultados, quando aplicado às crianças. Por outro lado, é preciso assinalar que é, de um modo geral, a psicotecnia do ensino deve, primeiramente, ajusta-se ao interesse predominante, e este ou estes são diferentes na criança e no adulto; além disso, variam conforme o sexo, a idade e o indivíduo, mesmo dentro da própria infância. O valor educativo do castigo varia muitíssimo, conforme se aplicar a uma menina de dez anos ou a um rapaz de quinze anos, por exemplo”.

A Psicotecnia recorre à aprendizagem mais aperfeiçoada, incluído a fotografia e o cinema, como o objetivo de obter ciclogramas, cronociclogramas e estereociclogramas, mediante os quais se avalia o tempo, a direção, amplitude e o ritmo dos movimentos, em qualquer atividade. É como base em semelhantes elementos que se conclui aquilo que se deve manter ou reformar, tanto no referente ao sujeito, como aos meios e ao objetivo da atividade.

1.2.3.2. Ciências Biológicas

O estudo da Psicologia é fundamentalíssimo para a Pedagogia, mas não é quanto baste. Não há possibilidade de estabelecer uma linha definitiva de separação entre o corpo e a alma. O fenômeno psicológico depende, quase sempre, do fenômeno fisiológico, e este influi constantemente sobre aquele. Para explicar determinados fenômenos anímicos, é preciso recorrer às ciências biológicas.

Este grupo de ciências fornece, à Pedagogia, um contributo essencial, como será fácil de compreender.

1.2.3.2.1. Biologia

A Biologia interessa muitíssimo ao pedagogo, porque se trata de um conjunto de ciências visando ao estudo da estrutura, da atividade, da gênese, da classificação, das relações e da posição dos seres vivos no espaço e no tempo: “Essa arte de viver que resume a ambição principal da humanidade, deduz-se diretamente da ciência da vida: é a biologia aplicada. Daí a grande necessidade para todos nós de um conhecimento aprofundado das leis biológicas, a fim de que a vida, que tanto nos preocupa, possa produzir tudo quanto pode e deve produzir (...). Não quero dizer com isto que pertenço ao número dos que pretendem pedir só à Biologia todo o ensinamento: sou inimigo do monismo biológico, e admito que a Biologia tenha limites. Mas não podemos negar, por outro lado, o valor desta ciência como fonte de informações preciosíssimas sobre as leis da vida”.

Foi a Biologia que, na verdade, lançou nova e esplêndida luz sobre a função biológica da infância, ensinado que este estágio da vida serve para adquirir experiência vital: “O que importa destacar na atitude da Pedagogia, em face da criança, é a submissão ao aspecto biológico como o primário e o básico”.

A Biologia está a adquirir uma importância tão grande, que a escola sociológica organicista não duvida afirmar que, entre o biológico e social, não há solução de continuidade, e que a sociedade é um organismo ampliado.

Com a Biologia, relaciona-se intimamente a Biotipologia, que também interessa à Pedagogia.

A Biotipologia é a ciência que estuda as correlações entre a constituição física do corpo humano e o seu temperamento e manifestações de caráter. Kretschmer chamou a esta ciência Caracterologia, mas o termo Biotipologia – que Pende lhe atribui - tem sido, geralmente, o preferido.

É claro que o conhecimento das características somáticas do indivíduo interessa muito ao pedagogo, quer que no se refere à educação psíquica e intelectual, quer à educação física. Conforme os tipos, assim deve ser orientada a educação de cada um, a fim valorizar as respectivas qualidades e corrigir os seus defeitos. Aos tipos longilíneos ou brevilíneos (Pende), esquizotímicos ou ciclotímicos (Kretschmer), devem corresponder métodos educativos adequados ao seu biótipo.

1.2.3.2.2. Fisiologia

A Fisiologia estuda a função dos órgãos (nutrição, circulação sangüínea, respiração, etc.), permitido relacionar as funções orgânicas com as funções psíquicas. Foi mercê deste estudo comparado, que se tornou possível descobrir a importância da educação física na totalidade do processo educativo: "... o papel da base fisiológica do psíquico deu importância ao papel da educação física adentro da Pedagogia".

1.2.3.2.3. Anatomia

Idênticas considerações poderiam fazer-se a propósito da Anatomia, a ciência que estuda a estrutura dos seres organizados. É matéria que interessa muito particularmente à educação física, em especial a osteologia (estudo dos ossos), a artrologia (estudo das articulações), a miologia (estudo dos músculos), a angiologia (estudo do sistema vascular, coração, circulação, capilares, sistema linfático) e a neurologia (estudo do sistema nervoso cérebro-espinal, sistema nervoso autônomo), etc.

1.2.3.2.4. Medicina

A Medicina, tanto a Medicina curativa como a profilática, desempenha uma importantíssima missão, dentro da Pedagogia. Ela tem, constantemente, de orientar o pedagogo e de colaborar com ele. Muitas vezes, o médico tem de substituir o professor, pois o que as pessoas leigas julgam ser preguiça, maldade, estupidez ou perversão de caráter, pode ser apenas doença. Uma vez tratada a referida doença, a criança normalizará a sua vida. Eis um exemplo curioso, apresentado pelo Dr. Serras e Silva, e que merece ser recordado:

"Há, por exemplo, o caso de uma criança, que tinha inveja ou ciúme do pai. Este defeito causava certa perturbação na família. Foi afastada de casa, como medida

terapêutica de isolamento, e a criança melhorou. Passado tempo tornou a repetir-se a mazela. O exame médico fez descobrir uma perturbação do fígado. Tratada a doença do fígado, a inveja desapareceu. Se o caso se desse com um professor de moral, a criança ouviria muitos conselhos e reprimendas e ficaria na mesma, porque do que ela carecia não era de palavras, era de tratamento. Quantas vezes o orgulho é o eco moral de alterações fisiológicas, que o médico pode tratar convenientemente". A Medicina desempenha uma missão básica, dentro da Pedagogia, mas isso não quer dizer que ela se arrogue a um inconveniente predomínio. O médico não pode nem deve pretender substituir o pedagogo.

Referindo-se a este magno problema, observa um médico estrangeiro, cuja opinião é, portanto, insuspeita:

"Há uma grande propensão para lhe atribuir (ao médico) uma espécie de omnisciência e de infalibilidade contra as quais debilmente se protesta. Fazem-no juiz de questões que estão fora da sua estrita competência médica – é sobre as quais emite pareceres que não são nem mais, nem menos justificados que os de qualquer pessoa inteligente. Nos últimos tempos verificou-se, em diversos congressos e sociedades, que alguns médicos, muito bem intencionados, redigiam programas de ensino, comparavam o valor educativo das ciências e das letras, e expediam variadíssimas opiniões, indubitavelmente muito sensatas, mas com as quais nada tem que ver a medicina".

Por seu lado, Emílio Planchard manifesta-se da mesma opinião, quando escreve o seguinte:

"... convém não exagerar o papel do médico na tarefa da educação. Cada qual deve ter as suas atribuições bem definidas".

1.2.3.2.4.1. Higiene

Este ramo da Medicina também interessa altamente à Pedagogia. À Higiene estuda os meios de evitar a doenças e de conservar a saúde dos educandos, essa saúde que é – indubitavelmente – uma condição do rendimento máximo adentro da escola e mesmo fora da escola. Compete ao higienista dar o seu parecer sobre edifícios escolares, iluminação, cubagem das aulas, locais destinados à prática da exercitação física (ginásios, piscinas, etc.), mobiliário, ventilação, organização dos horários, repouso, exercícios físicos, banhos, medidas profiláticas, tempo de recreios e de aulas, seriação das lições, exame clínico dos alunos, vestuários, asseio do corpo, alimentação, etc.

Acontece com a Higiene, aquilo que também se verifica com a Medicina. Alguns higienistas tem pretendido atribuir à sua especialidade um papel absoluto ou de preponderância, que, na realidade, não pode nem deve caber-lhe.

Nunca será demais insistir que cada especialidade tem, dentro da Pedagogia, a sua missão específica. A ela se limitará o respectivo especialista, a fim de evitar conflitos de atribuições e de poderes. As especialidades fornecem elementos à Pedagogia, colaboram com elas; mas, na realidade, só a Pedagogia está em condições de considerar o problema educativo na sua totalidade, e tendo em linha de conta os contributos que lhe são fornecidos por cada ciência: “O higienista (...) não deve supor que é ele quem formula as regras ou mesmo que enuncia os problemas referentes à educação”.

1.2.3.2.5. Antropologia

Assim como a Biologia é a ciência da vida, assim é a Antropologia a ciência do homem. É esta a ciência que faz a história da espécie humana: sua origem, suas raças, evolução, adaptação ao meio, etc.
Compreende-se, portanto, como ela interessa à Pedagogia. Tudo quanto diga respeito ao homem importa que seja conhecido pelo pedagogo, pois lhe fornecerá elementos valiosos para julgar o ser humano e para orientar.

Dois ramos desta ciência interessam particularmente à Pedagogia:

1) Antropogênese: estudo do desenvolvimento e da evolução da espécie humana;
2) Antropometria: medição do corpo humano. a Antropometria presta inestimáveis elementos de estudo à Biotipologia e, portanto, à Pedagogia. Pelas medidas do corpo humano (que podem estar abaixo ou acima do normal) é possível prever certas reações inerentes aos respectivos temperamentos e caracteres. A Antropometria fornece um contributo precioso para a orientação científica das diversas atividades da educação física, da alimentação, etc.

1.2.3.2.6. Sociologia

Entretanto, agora, na apreciação das ciências que estudam o homem considerado em grupo, diremos que também o conhecimento da Sociologia aproveita imenso à Pedagogia. Segundo Emílio Planchard, uma orientação pedagógica racional não pode basear-se exclusivamente na Psicologia, deve recorrer também à Sociologia e, outrossim, ao estudo da História da Civilização.

Uma vez que, no dizer – mil vezes respeito – de um filósofo antigo, o homem é um animal social, não resta dúvida que todos os problemas sociais interessam à Pedagogia. Neste ponto, estão de acordo a Biologia e a Sociologia: “A biologia e a sociologia estabeleceram (...) que, consistindo essencialmente a organização de um todo no consenso das partes, os indivíduos que vêm a formar um grupo condenado e unificado tornam-se, somente por esse fato, estreitamente solidários. Nem um só pode periclitar sem prejuízo para todos (...). Como não há ponto algum morto, ou que não tenha ligação como todo o resto, nada se passa em parte alguma que, cedo ou tarde, não se reflita sobre esse todo”.

A Sociologia aproveita muito especialmente ao pedagogo e ao professor. Para estudar a evolução da criança, é preciso considerar atentamente o problema social, porque a

personalidade é um produto social. Cooley chega, mesmo, a afirmar que a natureza social, e que nem sempre é possível marcar, com rigor, o limite das duas naturezas, e dizer aquilo que o homem herda e aquilo que ele adquire.

O problema pedagógico não é apenas psicológico e biológico, é também social: “Não é possível – pondera Guillaume – fazer o estudo concreto do desenvolvimento da personalidade, a não ser em função do meio ao qual a criança tem de se adaptar; ora é, principalmente, o meio social que põe, em geral, ao homem, os problemas mais complexos e mais difíceis, e isto é ainda mais verdadeiro no que se refere à criança, que só tem relações indiretas com a natureza e cuja vida decorre toda no mundo humano”.

Por isso, ao lado da Sociologia geral, surgiu, como era fácil de prever, uma Sociologia educativa, que tem sido largamente estudada, entre outros, por Durkheim, Gilette e Dewey.

Esta Sociologia procura, naturalmente, estudar o papel da Educação nas sociedades contemporâneas, fixando as relações entre a família e as diversas instituições sociais de um lado e a escola do outro.
Em conclusão, a Pedagogia tem de considerar o problema educativo também sobre o ponto de vista social: “A primeira coisa que o educador deve ter com nitidez, é aquilo que intenta, qual é o seu fim e a sua inspiração, ou melhor, quais devem ser. Averiguar esta ideal, não corresponde à Psicologia, mas à vida: é um problema social e ético, mas do que psicológico”.

É claro que, também neste caso, se torna necessário apresentar algumas reservas.

O problema pedagógico é profundamente social, mas não é exclusivamente social. Urge, portanto, evitar os exageros do sociologismo, isto é, daquela doutrina segundo a qual a Sociologia é suficiente para explicar todos os fenômenos sociais e para os solucionar, sejam eles de que natureza forem: fenômenos religiosos, morais, filosóficos, educativos, etc.

Convém evitar semelhantes exageros, os exageros a que Aléxis Carrel alude, de um modo geral, nos seguintes termos muito sensatos:

“Os biologistas, e sobretudo os educadores, os economistas e os sociólogos, defrontando-se com problemas de extrema complexidade, cederam, muitas vezes, à tentação de construir hipóteses, e torná-las, depois, artigos de fé. E os sábios imobilizaram-se em fórmulas tão rígidas como os dogmas de uma religião”.

1.2.3.2.7. Antropogeografia

A Pedagogia também precisa de conhecer a Geografia humana, ou seja as mútuas influências existentes entre o homem, de um lado, e o solo, o clima e a vegetação do outro lado.

Este problema, da influência da mesologia sobre o homem, é tão importante, que começa já a surgir um novo ramo da Psicologia, relacionando-a com o meio geográfico: Geopsicologia.

É preciso esclarecer que os limites da Antropogeografia ainda não estão rigorosamente definidos, porque esta ciência pouco mais contará do que setenta anos. No entanto, segundo os entendidos, a Antropogeografia não deve confundir-se com a Sociologia, porque esta é fundamentalmente entropocêntrica, ao passo que a Antropogeografia é rescêntrica: "A morfologia social não é, nem pode eqüivaler à Geografia humana. Consideramos legítimo que os sociólogos se inquietem, como inquietavam antigamente os historiadores, com a parte da influência que as condições geográficas podem exercer no desenvolvimento das sociedades".

Mas sendo o ângulo visual dos sociólogos diferente do ângulo visual dos antropogeógrafos, cumpre à Pedagogia considerar as duas ciências, que são estudos diferentes, regidos por princípio diferentes, um tentando a síntese, outro a análise, quando outro a atrai e ela logo lhe estende as mãos. Acaba de gozar o espetáculo de uma cor, e já uma outra com atrai a sua vista para outro objeto. A criança tem a agitação de explorador".

Vejamos, pois, como se revela essa agitação, essa necessidade de movimento, essa constante e progressiva ânsia no sentido de atingir a maturidade. Em cada época, ela se manifesta de modo diferente, e por isso mesmo torna-se necessário considerar as diversas fases da vida da criança.

1.2.4. O educando em face da Pedagogia

O educador só pode começar a exercer, com relativa consciência, a sua atividade, depois de conhecer e de estudar a natureza da criança, na sua progressiva e evolução, até atingir o estado de adulta.

O estudo da criança fornece, ao educador, as seguintes lições profundas:

a) A criança é um ser complexo, quer dizer: há, dentro dela, forças dispares e opostas, que se chocam sem cessar. Vozes diferentes falam na criança; dentro dela, não há paz, mas sim luta; nela há o mal e o bem, a delicadeza superior, a vulgaridade e a baixeza.

De tudo isto, deve concluir-se que a Pedagogia do deixar correr tem de ser substituída por uma Pedagogia firme, capaz de selecionar e de marcar diretrizes ao educando de maneira a valorizar qualidades, abafar defeitos, canalizar ou sublimar instintos, desenvolver inclinações favoráveis, etc.

b) A Criança é um ser em plena evolução. As crianças devem ser educadas para o dia de amanhã, que nunca poderá ser igual ao dia de ontem, nem mesmo o dia de hoje. Por isso, não é de admitir o velho conceito de que aquilo que foi bom para os pais, também deve ser bom para os filhos.

c) A criança não tem experiência, e daí o necessitar ser dirigida com mão destra e firme.

A este respeito, escreve Ponsard:
“Nas famílias, a criança domina; é rei. Nas escolas, parlamenta-se com ela; deixa-se que ela se organize em grupos. Erro, desacerto. Erro, porque a criança é a última a ver aquilo que é melhor para si. Desacerto, porque os deveres da vida são acima de tudo, deveres de submissão. É por isso que a criança não pode ser preparada para a vida, tal como a irá encontrar, senão por meio da antiga virtude obediência. Não deveis falar muito cedo em respeitar a sua liberdade, que ainda não está formada: em respeitar a sua autonomia, que ainda não sabe estabelecer acordo com o direito dos outros; não deveis falar na sua personalidade, que ainda não se revelou. Desconfiai do individualismo, que chocará com as exigências da vida social. A criança espera a autoridade e tem dela necessidade. E ainda que esta autoridade deva ser confiante, afetuosa e delicada, nem por isso deve deixar de ser real e firme”.

d) A criança vive, em grande parte, pela imaginação. Tem qualidades míticas e fabulosas excepcionais, e por isso mesmo precisa de ser orientada por motivos superiores. A educação, que lhe abafa as aspirações e os entusiasmos, cria, para ela, uma atmosfera asfixiante:

“A Pedagogia deverá, pois, utilizar tais hormonas larga e criteriosamente, criando uma atmosfera determinante de sentimentos audazes e magnânimos, algo ambiciosos e entusiásticos, onde a alegria, a tristeza, a esperança, a melancolia, a compaixão, a vergonha e a simpatia fluam em todo o seu caudal”.

“Transfiguração do mundo exterior, dissemos, mas melhor seria dizer, do mundo da criança. se cotejarmos os interesses dos adultos com os interesses das crianças, verificaremos que naqueles a atenção se orienta para a realidade, como objeto de conhecimento, enquanto que nestes o movimenta as suas paixões e orienta as suas potencialidades é o que desejam. Na verdade, dentro dos ensinamentos da Psicologia, podemos dizer que as crianças vivem o futuro pelo desejo; os adultos, o presente, pela realidade, e os anciãos – lembremo-nos da lei da regressão de Ribot – vivem o passado. O mundo das crianças é essencialmente um mundo de desejos”.

e) A criança não deve ser adulada ou amimada. Um dos erros da Pedagogia contemporânea tem consistido, precisamente, em agradar demais à criança e em poupar-lhe esforços. Ora há interesses infantis e adolescentes, de natureza psicológica, que urge orientar, canalizar ou contrariar. Se o educador se curvasse perante semelhantes interesses (mitificação, injustiça, abuso de força, comodismo, etc.), seguiria a natureza do educando (é certo), mas atraiçoaria a sua missão formativa. Nenhum educador digno de tal nome deve subordinar-se aos gostos, simpatias ou interesses dos educandos, porque alguns deles são maus ou podem conduzir ao mal. A escola deve habituar o aluno a lutar contra os interesses inferiores ou maus, ensinando-o a vencer-se. A vida é uma luta contínua entre as forças do bem e as forças do mal. É preciso preparar criança para dominar e vencer estas últimas. Pergunta-se, muitas

vezes, porque motivo alguns homens falham rotundamente na vida. Isto acontece quando o homem só pensa em evitar o sofrimento e o insucesso, em vez de persistir em triunfar, custe o que custar, sobre as forças do mal.

f) A criança deve ser dirigida. Por isso, se preconiza, atualmente, a educação dirigida, a qual recorre, para atingir os seus objetivos, à família, à escola, à ginástica, ao desporto, ao campismo, à imprensa, ao livro, ao cinema, à radiotelefonia, aos clubes escolares, aos trabalhos manuais, etc. Só quando se conseguir coordenar todos estes elementos é que a Pedagogia terá possibilidade de realizar uma obra mais consciente e mais profunda.

g) A criança deve ser estudada por todas as maneiras ao dispor do pedagogo. Para isso, terá ele de recorrer, a observações sistemáticas, ao registro metódico dessas observações, à interpretação psicológica dos exercícios ou desenhos, a testes, a conversas e interrogatórios, a inquéritos, a questionários, etc.

Em conclusão: a Pedagogia não tem de considerar apenas os métodos de ensino e os programas: tem de considerar as possibilidades do educando e do meio em que ele se move.

Por isso, toda a atividade pedagógica deve ser dirigida nas seguintes direções:

1ª) Estudo das capacidades infantis e juvenis: Idade dos interesses, metamorfoses, crises, possibilidades fisio-psicológicas, maturação de funções, etc.

2ª) Estudo das necessidades impostas pela sociedade: Aptidões sociais, cívicas, morais, profissionais, etc.

3ª) Estudo dos problemas metodológicos: Idades ótimas para cada atividade, variações metodológicas a estabelecer em função das idades, dos temperamentos, e dos tipos de atividade: da associação do ensino e da aprendizagem, etc.

4ª) Estudo dos problemas do conteúdo: Momento mais conveniente para o início de determinadas atividades, atividades necessárias para cada indivíduo, atividades individuais, atividades de grupo, etc.

5ª) Estudo dos problemas psicológicos: Causas dos desajustamentos e inadaptações emocionais, melhor determinação dos temperamentos, dos tipos caracterológicos, etc.

6ª) Estudo dos problemas relativo aos anormais ou deficientes: Maneira de educar os diversos tipos de crianças fisicamente deficientes, conseqüências dos defeitos de linguagem e melhor maneira de os tratar, etc.

1.3. INTEGRAÇÃO DO HOMEM NO ESPAÇO

1.3.1. O homem integrado no grupo

A Sociedade não é, rigorosamente, uma soma de indivíduos. A bem dizer, o indivíduo - fora de um grupo – é uma abstração. Se olharmos com atenção, e com os olhos de ver, este magno assunto, verificaremos que o homem aparece sempre ligado a um ou

mais grupos. São eles que lhe formam a mentalidade, e, em muitos casos, são eles que também lhe deformam.

Ao nascer, a criança integra-se, desde logo, num grupo, que protege a sua fraqueza e lhe proporciona a necessária educação. Esse grupo é a família.

Durante alguns anos, a criança vive sobre a influência predominante do grupo familiar: é nele que recebe as primeiras noções de quanto à cerca. É a família que lhe fornece a primeira visão acerca do mundo. A criança vê o mundo através do que ouve no lar paterno. Falará bem ou mal, conforme se falar em casa de seus pais; será delicada ou grosseira, conforme a família se revelar no trato diário. O exemplo daqueles que cercam e amparam a criança formará substrato da sua mentalidade, porque os sentimentos, bons ou maus, são contagiosos.

Quando atinge os sete anos, a criança integra-se num novo grupo: a escola.

A influência do lar torna-se menos ativa e menos profunda. A mentalidade da criança transforma-se em contato com o grupo escolar. É um mundo novo que se lhe revela, e o educando sente-se irresistivelmente atraído para ele.

Como se está vendo, o ser humano nunca vive isolado. Recebe noções básicas e influências importantíssimas do meio-ambiente geral, mas este sobrepõem-se, sempre, um ou mais grupos, que diretamente influem sobre o indivíduo.

Depois do grupo escolar, um outro grupo se sucede, na vida progressiva do homem: o grupo profissional.

Concluída a sua preparação escolar, o homem procura, naturalmente, ganhar a vida; procura uma profissão. E de novo se encontra integrado num grupo com características diferentes dos grupos anteriores, e que, como estes, lhe conformarão a personalidade, o pensamento e a alma.
Finalmente, pode o homem ingressar ainda, de novo, no grupo familiar, constituindo uma família. Mas agora, entrará este grupo, não como um agente meramente passivo, mas como um agente fecundamente ativo: formará, em vez de ser formado; moldará, em vez de ser moldado.

Nestas condições, pode um indivíduo pertencer a mais de um grupo, e, em geral, assim acontece. E é por isso que a influência de cada grupo não é exclusiva, a não ser em casos excepcionais.

Além disso, dominando a influência direta e específica do grupo sobre o indivíduo, há a considerar a influência geral da sociedade, que corrige os excessos e as deformações inerentes a todas as limitações.

Se considerarmos, pois, o problema educativo, com verdadeira objetividade, fácil será verificar o papel importantíssimo que, na vida dos indivíduos, desempenham estes

grupos. A observação de um tal fato tem levado alguns autores a declararem, não sem razão, que a força educativa reside nos próprios grupos humanos.

A cada fase da vida individual, corresponde o predomínio de um grupo. O problema educativo não pode, conseqüentemente, isolar-se da ação conformadora dos diversos grupos.

Sentiu-se, pois, necessidade de distinguir os grupos, e foi assim que surgiu a classificação mais vulgar, que considera os grupos primários (cujo tipo característico é a Família), os grupos intermediários (cujo tipo característico é a Escola) e os grupos secundários, nos quais não há contatos diretos (Imprensa, Rádio, Televisão, etc.).

Sem nos prendermos a esta ou a outra qualquer classificação, procuraremos estudar, com sentido prático, alguns destes grupos, para melhor compreensão da amplitude do problema pedagógico. Nestas condições, apreciaremos, sumariamente, os seguintes grupos:

a) Grupo familiar;
b) Grupo recreativo;
c) Grupo cultural;
d) Grupo profissional.
e) Grupo religioso;
f) Grupo escolar;

1.3.2. Grupo Familiar

Muito se tem escrito sobre o valor da família, como grupo educativo. Mas na maioria dos casos, faz-se literatura ou poesia. Em princípio, a família deve ser o elemento educador por excelência. Mas dos princípios à realidade, vai uma grande distância. A família pode ser ignorante ou indigna. Mesmo os pais com relativa cultura, nem sempre cumprir os seus deveres. Por outro lado, a visão educativa da família nem sempre é a melhor: em muitos casos, é uma visão estreita e utilitária: ou faz seres animados ou apenas olha à sua preparação apressada para ganhar dinheiro – e quanto mais dinheiro melhor! Alguns defeitos são inerentes à própria instituição familiar; outros derivam do seu progressivo abastardamento. Ouçamos o testemunho de um pedagogo italiano: “A educação da família é essencialmente baseada na transmissão das tradições e dos costumes; funda-se no hábito e cerra-se geralmente no círculo das idéias e dos sentimentos do passado. Ela tende, pois, a fazer da criança uma imagem exata dos progenitores (...); a par disso, leva, não raro, até à idolatria o cuidado pelos filhos; torna cego e imprevidente o amor, a ponto de lhes satisfazer todos os caprichos, de os afastar de todas as dores e de todas as fadigas, e de lhes procurar, a todo o custo, e sempre, o prazer, sem atender à justiça, e sem ter em conta as conseqüências no futuro. Além disso, sendo dois os pais, o acordo, entre eles, está bem longe de se mostrar constante, como deveria, para produzir unidade e coerência na educação; por isso, a criança, no meio de contínuas contradições, nunca sabe a quem deva acreditar e a quem deva obedecer, acabando por se persuadir de que

é melhor fazer o que lhe apetece, desobedecendo assim às ordens e exortações dos pais".

Mas o grupo familiar não é, apenas, constituído pelos pais: é formado pelos avós, pelos tios, pelos amigos e pelos criados. Todos estes elementos contribuem, em grau mais ou menos forte, para agravar os defeitos inerentes à família: para entregar as crianças. O Padre Renato Bethlém chama-lhes contra-educadores, porque destroem, paralisam ou dificultam a ação dos elementos responsáveis da educação.

Por outro lado, há ainda a considerar a evolução da família – principalmente nos centros urbanos -, no sentido do enfraquecimento da sua força moral e da sua ação educativa. Com razão observa um autor português que a família está em desagregação, que a sua ação, em certas camadas, é quase nula, quando não contraproducente.
As causas desta desagregação vêm de longe, e Petters resume-as nas seguintes alíneas:

a) Tendência progressiva para a igualdade entre o homem e a mulher;
b) Independência, cada vez maior, da mulher, pelo fato de também ela ter emprego, e ganhar.
c) Enfraquecimento da legislação sobre o casamento e facilidades de divórcio; abundância de lares desfeitos;
d) Enfraquecimento da influência religiosa e do princípio da autoridade;
e) Condições de vida promíscua, impostas pela habitação urbana e pela vida em partes da casa e em apartamentos;
f) Redução dos contatos familiares, por virtude da ausência dos pais, no lar, motivada pelas suas ocupações;
g) Nova orientação do processo educativo, mercê da qual as crianças se conservam fora de casa, nas aulas, muito tempo, nas atividades circumescolares, extra-escolares, etc.;
h) Contatos sociais cada vez maiores, que levam as crianças a afastarem-se da vida familiar;
i) Modificação da vida familiar, fato que reduz, ao mínimo, a oportunidade de as crianças colaborarem, com a família, nos serviços domésticos e nas ocupações caseiras;
j) Desaparecimento progressivo do lar próprio, substituído pela casa alugada e sem quintal.

De fato, a família tradicional morreu. A disciplina familiar enfraqueceu tanto, que quase não existe. E, sendo assim, o grupo familiar perdeu em grande parte, a sua força educativa: "... poucos pais quiseram ou souberam substituir a perdida autoridade patriarcal pela autoridade feita da disposição de espírito constante e benéfica a penetrar-se na alma dos filhos, a conquistar a sua confiança e respeito, menos por preceito preestabelecido do que por freqüentes bons exemplos, constantes correspondência entre as idéias e os atos, e uma permanente confraternização de sentimentos".

Quando se fale, pois, em Educação, é preciso considerar a transformação do grupo familiar, no sentido de o tornar em elemento colaborante com a Escola. A família é uma fonte de estímulos, que é preciso aproveitar convenientemente. Nela se pratica a educação direta: é através dela que a criança aprende as noções de parentesco, de diferenças de idade, de sexo, de riqueza, de profissões, etc., é através da família que a criança tomará contato indireto com o mundo, por intermédios dos jornais, das revistas e dos livros, que ali se lêem, e que receberá as idéias do respectivo grupo. Pio XI salienta que educação da família compreende não só a educação religiosa e moral, mas também a física e a civil, principalmente enquanto têm relação com a religião e a moral.

Nestas condições, a escola não deve esquecer a família; ambas devem cooperar na obra comum da Educação. É Peters quem nos vai indicar até que ponto deve estabelecer-se essa cooperação:

a) A Escola não deve ignorar a instrução e a educação familiares; tem de as tomar em linha de conta;
b) A Escola deve informar os pais e esclarecê-los sobre o auxílio que eles lhes podem prestar, para a formação dos bons hábitos da criança;
c) A Escola deve procurar exercer influência sobre a melhoria da higiene e da alimentação no lar, sempre que isso seja possível;
d) Deve estabelecer-se colaboração entre a Escola e a Família, para a organização de atividades recreativas ou artísticas, escolares ou extraescolares;
e) A Escola deve orientar e até auxiliar os alunos, no que se refere a trabalhos em que eles estejam interessados, em casa;
f) A Escola e a Família devem colaborar no sentido de defenderem a saúde das crianças;
g) Compete aos pais o dever de prestigiarem a Escola e os seus professores; compete à Escola aconselhar às crianças o respeito pelos pais. Tudo o que se fizer em sentido contrário é anti-pedagógico.

Está claro que isto representa uma aspiração, mas uma aspiração que se torna imprescindível tentar realizar progressivamente, a fim de evitar não só os conflitos entre a Família e a Escola, mas até conflitos freqüentes entre os pais e os filhos, pelas simples razão de não se compreenderem. É preciso pôr termo a este regime de permanente conflito e desacordo, que é altamente nocivo aos indivíduos e à sociedade. Para evitar semelhante oposição, torna-se necessário instruir convenientemente os pais, mediante uma pedagogia adequada e mediante uma preparação inteligente e essencial, para o que se prevê a criação de escolas de pais.

1.3.3. Grupo recreativo

O ser humano não se reúne apenas para estudar ou para trabalhar, reúne-se também para se divertir em comum: “O grupo de recreio – escreve Delgado de Carvalho –

encontrado em todos os estádios da vida social, é tão universal quanto o grupo familiar".

Em todas as idades e em todos os meios sociais se formam grupos desta natureza. As crianças têm tendência para se reunirem em bandos ocasionais ou com relativa fixidez. Fogem de casa, e misturam-se com companheiros de todas as idades e todas as origens sociais, jogando os mais diversos jogos industriando-se, mutuamente, não raro, mais torpes imoralidades. A rua exerce, sobre as crianças, uma sedução, irresistível, e um só dia pode perdê-la, como salienta o Pe. Antonio de Oliveira:

"Todas as manhãs, já quando o sol inunda de luz toda esta linda terra de Portugal, saem de suas casas, a caminho da escola, alguns milhares de crianças. Elas lá vão rua fora, muito despreocupadas, alegres, inocentes, mais selvagens que civilizadas, sem nenhuns defeitos físicos, sem quaisquer vícios, sem nenhumas ruindades. Pertencem a famílias em cujo lar reina a saúde e a honra, o trabalho e a economia. Ai delas! ... à tarde no fim da aula, depois de se terem demorado algum tempo na rua a brincar com certos rapazes, muitas e muitas dessas crianças, que de manhã eram, ainda, sãs e escorreitas, puras e inocentes, enche de espanto e de aflição as suas mães, regressando a casa a gaguejar! ... com um tique nervoso! ... a escarrar sangue! ... a rastejar os pés! ... a bambolear o corpo! ... a fumar! ... a cuspir em esguicho! .... a baforar a vinho! .... a falar calão! ... a praguejar! ... a dizer obscenidades! ... Ei-las, à noite, nos seus lares, feitas – uns doentes – uns garotos – uns ladrões – elas que de lá haviam saído pela manhã, ainda sãs, puras e belas".

Assim acontece aos grupos de recreio formados em plena liberdade, ao acaso dos primeiros encontros. Assim acontece quando as crianças escolares são apanhadas nas malhas da rua sedutora, e se deixam arrastar e conduzir pela malícia de pequenos condutores de multidões, de pequenos fascinadores.

Evidentemente, é impossível impedir o grupo recreativo infantil uma vez que o folguedo coletivo e regular é o folguedo por excelência.

A única maneira de evitar a perversão exercida sobre a criança – pela rua e por estes grupos de recreio – consiste em disciplinar essas atividades, vigiando-as cuidadosamente, a fim de excluir dos respectivos grupos os elementos indesejáveis.

Já vimos que o grupo pode ser ocasional ou permanente. Mas de uma forma ou de outra deve colaborar com a escola, e não ser inimigo dela. O grupo recreativo pode exercer numerosas influências sobre o espírito infantil: desperta a consciência da mútua colaboração, ensina a vencer os obstáculos, a saber, ser derrotado, a ser disciplinado, etc. Por isso, a atividade recreativa não pode ser deixada ao acaso, devendo existir uma "coordenação" perfeita entre as atividades recreativas e as atividades escolares.

Mas o grupo recreativo não interessa apenas à criança e ao adolescente: interessa, igualmente, aos adultos. O grupo de recreio, no qual se incluem os grupos

excursionistas, os grupos escutistas, os grupos de trabalho manuais, os grupos desportivos, etc., deveria ser cuidadosamente organizado nos liceus, nas escolas técnicas, nos colégios, nas universidades, e bem assim junto de grandes empresas, de estabelecimentos fabris, etc.
E na se confunda recreio com espetáculo. No recreio, há intervenção ativa do agente; no espetáculo, o agente assiste, passivamente, à atividade exercida por outrem.

O grupo de recreio, criado junto das escolas, quando orientado por mestres, especializados, tem mostrado influir, beneficamente, sobre a disciplina escolar, e até sobre a própria atividade profissional.

O grupo recreativo – quer para crianças, quer para adultos – são só da íntima satisfação aos indivíduos, mas também os afastará de muitos vícios e de numerosas atividades anti-sociais.

1.3.4. Grupo cultural

Já vimos que a infância tem espírito gregário. Esse espírito acentua-se progressivamente no período da puberdade. Os novos têm espírito clubista, reúnemse em grupos, estudam em conjunto, passeiam preferentemente com os mesmos camaradas. Os novos têm necessidade de trocar impressões uns com os outros, de alargarem, em suma, os seus conhecimentos.

Por que não aproveitar esta tendência da mocidade, num sentido fecundamente educativo?

O grupo cultural completaria a ação do grupo recreativo, e serviria de forte estímulo para desenvolver, entre as gerações novas, o gosto pelos problemas da inteligência: “Não deve ser esquecido, sob este ponto de vista, - afirma Delgado de Carvalho – o poderoso fator de motivação do trabalho escolar regular que contém as atividades de um clube”.

O grupo recreativo estimularia a atividade lúdica; o grupo cultural desenvolveria o espírito, e conduziria, naturalmente, ao estudo, à meditação, à observação científica. Por outro lado, habituaria as gerações imaturas à disciplina e à noção das responsabilidades; prepará-las-ia para a sua vida futura.

O grupo cultural poderá ser de variadíssimas categorias: Religioso, literário, filatélico, científico, de História, de Arte, etc. Só uma coisa lhe deve ser vedada: a política, porque ela corromperia e envenenaria os seus componentes, gerando, entre eles, espírito de partido ou ódio, em vez de espírito de solidariedade, de lealdade e de colaboração.

Se a escola não souber estimular, entre a mocidade, o gosto por estes grupos culturais, a juventude transviar-se-á e filiar-se-á, naturalmente, em clubes suspeitos,

onde irá jogar ou perverter-se; onde, em suma, encontrará um ambiente antihigiênico e anti-educativo.

Está claro que os grupos culturais devem ser exclusivamente de estudantes. Os professores orientá-los-ão, para que eles nunca se desviem da letra dos respectivos estatutos, o que contribuirá para disciplinar os seus membros, que, amanhã, quando forem homens, saberão cumprir, com dignidade e elevação, quaisquer funções associativos que lhes sejam atribuídas.
A prática aconselha, entretanto, uma restrição importante, que é a de não serem aconselháveis as eleições, origem de muitos grupos, camarilhas e "blocos" de valor social duvidoso.

1.3.5. Grupo profissional

Este grupo exerce, também inegável influência sobre a formação da personalidade. Pode melhorar o indivíduo ou pode inferiorizá-lo; pode contribuir para o educar, ou anular ou, pelo menos, prejudicar gravemente a ação da escola.

Pondo de parte as profissões propriamente imorais, que, como a própria designação o indica, afetam gravemente a evolução do processo educativo, apenas consideraremos as profissões inofensivas.

O grupo profissional é, exatamente como o grupo escolar, um grupo complexo heterogêneo, formado por patrões, dirigentes e empregados, estes últimos muitas vezes de categorias diversas, de culturas diferentes e até de origens sociais variadíssimas. Nestas condições, oferece grandes perigos.

O grupo profissional podia e devia ser o complemento e o último estádio do processo educativo; mas, na maioria dos casos, compromete, de um modo irremediável, o esforço de Pedagogia.

Evidentemente, no grupo profissional deve haver um mínimo de ordem e de respeito, sem o qual é impossível toda e qualquer atividade social. Para existir esse mínimo de ordem, é preciso que haja hierarquia, autoridade, disciplina, justiça, respeito, pontualidade, dignidade, boa camaradagem, moderação e cooperação leal. Tudo isto são virtudes educativas, virtudes educadoras estimuladas na escola.

Nestas condições, o grupo profissional seria o prolongamento do grupo escolar. Ao ingressar na sua profissão, o indivíduo teria oportunidade de praticar as virtudes preconizadas e exemplificadas na escola. Por outro lado, verificaria que todos os componentes do grupo as praticavam. E em face dessa realidade, ele, ainda que sem querer e até mesmo contra vontade, ver-se-ia forçado a integrar-se no ambiente, para não se transformar num elemento de escândalo e perturbação. Não há ninguém capaz de preguiçar permanentemente num ambiente onde se trabalha com afinco; ao fim de certo tempo, o ocioso, sentindo-se desprezado e humilhado, sentido que só ele nada faz, num local onde todos trabalham, ver-se-á forçado tomar uma de duas atitudes: ou começar a trabalhar, ou ir-se embora! Quer dizer: o bom ambiente absorve os

elementos sãos e os transviados, mas aproveitáveis; ao passo que repele os elementos inadaptáveis.

O grupo profissional tem, por conseqüência, uma altíssima missão educativa a cumprir. Uma coisa, porém, é aquilo que devia ser, e outra coisa é aquilo que é.

Como procede, de fato, o grupo profissional?

De um modo genérico, a profissão deseduca e perverte, em vez de educar. Os chefes nem sempre sabem cumprir o seu dever: cometem violências, praticam injustiças, favoritismos e erros graves. Premeiam os meios aptos e os mais aduladores e intriguistas; sobrecarregam os que trabalham, e fecham os olhos em face dos preguiçosos; dão facilidades de promoção aos incompetentes e mantém no fundo da escola zelosos; castigam as pequenas faltas, e desculpam as grandes; dão quase sempre razão aos que estão mais alto na escola hierárquica, ainda que eles hajam cometido atropelos, e punem os inocentes, só porque são inferiores!

Está claro que, em face de tantas leviandades, de tantos erros ou iniqüidades, o ambiente torna-se deseducativo, adentro do grupo profissional. Os novos, que nele ingressam, depressa perdem o entusiasmo e ficam desmoralizados: deixam-se vencer pelo desânimo e pelo pessimismo. Os mais exaltados resvalam para a indignação e para a revolta, excitados, freqüentemente, por elementos irrequietos e malévolos (que em toda a parte dos há) e até por agentes provocadores.

O grupo profissional pode anular, desta maneira, por virtude da sua ignorância, incompetência e incapacidade diretiva ou pedagógica, toda a ação da escola, e pode realizar essa obra corrosiva em pouco tempo, atraiçoando a missão que, verdadeiramente, lhe competia e compete.

A incapacidade dos chefes provoca, naturalmente, o afrouxamento da disciplina, primeiro de natureza profissional, e depois tornam-se freqüentes, as facilidades degeneram em abuso, e até escândalo; formam-se subgrupos, partidos e facções. Há tempo para tudo: incita-se o trabalhador zeloso a não trabalhar, simula-se que se trabalha, fala-se mal ...Muitas vezes, deixa de haver higiene física e higiene moral.

1.3.6. Grupo religioso

Em geral, a maioria das famílias em uma religião, e, desta sorte, aparece, dentro do lar, um novo grupo a influir sobre o educando: o grupo religioso. Quase sempre, são os pais que ensinam as primeiras noções de religião; mas logo que a criança atinge uma certa idade, é entregue a um grupo especial, que a instrui metodicamente: é o grupo da Catequese ou da Discipulação.

É através deste grupo, que a criança recebe variadíssimas noções de natureza moral sobre caridade, deveres para com o próximo, respeito para com os superiores, princípios do bem e do mal, deveres de obediência, sanções divinas, etc.

O próprio grupo religioso estabelece, muitas vezes, escolas confessionais, promovem conferências, mantém obras sociais de caridade, cria organismos para a juventude, estimula sentimentos altruístas, etc.

Seria caso para lembrar a chamada lei da solidariedade, que a Sociologia formula nos seguintes termos: Há uma estreita interdependência entre todos os ambientes: todos eles educam.

O essencial é que os homens saibam cumprir o seu dever. As religiões possuem a sua missão específica e importante na obra complexa da educação: cabe às religiões mais elevadas dar ao espírito humano as normas renovadas do sentimento e da ética.

No que diz, especialmente, respeito à Igreja, escreve Alceu amoroso Lima, que a educação para a vida sobrenatural é tarefa específica da Igreja: "É como tal, é essa, na sociedade humana uma autoridade que nunca pode ser desdenhada em tudo que diz respeito diretamente a esse gênero de educação, e indiretamente a toda a função pedagógica. Pois nada aprendemos que deste, ou daquele modo, não interesse ao fim último do ser humano".

É claro que o problema que diz respeito à instrução e educação religiosas é sempre delicado, e exige a maior das atenções, como salientam os próprios autores da especialidade, sobretudo no que diz respeito à iniciação religiosa: "Partir da religião formada do adulto e querer transmiti-la, tal e qual à criança, como se costuma fazer, é arriscar-se a enfrentar invencíveis dificuldades. A criança tem a sua lógica, tem a sua maneira própria de pensar. Há tentativas de ordem espiritual, que ela é incapaz de realizar; há raciocínios que ele é incapaz de seguir; há aspectos do conjunto que ela é incapaz de aprender. Assim como o alimento corporal que convém ao adulto não só pode ser assimilado pela criança de peito, como ainda a pode tornar doente; Assim, também se há incompatibilidade entre o programa escolar ou catequístico e a psicologia da criança, é certa a não assimilação, e, muitas vezes, - ai de nós! – até a indigestão".

1.3.7. Grupo escolar

A Escola não é apenas o professor. A ação da Escola não se limita à ação isolada dos professores e das aulas.
A Escola é comunidade, uma sociedade de natureza especial, formada por diversos elementos:

1.3.7.1. Corpo docente

a) Diretor ;
b) Professores, médicos e assistentes;
c) Auxiliares, agregados, prefeitos, etc.

1.3.7.2. Corpo discente

a) Alunos das diversas classes.

1.3.7.3. Pessoal administrativo

a) Chefe-de-secretaria, oficiais de secretaria, bibliotecários, escriturários, datilógrafos, etc.

1.3.7.4. Pessoal menor

a) Contínuos, serventes, etc.

Em rigor, a missão de ensinar e de educar compete exclusivamente ao corpo docente. O professor recebe uma preparação especial para formar as crianças sob o ponto de vista moral, intelectual, profissional e social. Neste fato reside a superioridade da escola sobre a família. Os pais não recebem preparação alguma de natureza pedagógica. Os professores são instruídos neste sentido. Os pais, ainda que saibam muito, não podem ser enciclopédicos. Os professores ensinam, cada um, a sua especialidade. Por outro lado, as maneiras a ensinar são convenientemente sistematizadas, em função do desenvolvimento e das capacidades psíquicas e fisiológicas de educando.

Mas nós repetimos que a escola não é apenas o mestre. O educando não está apenas em contato com o professor: está em contato com os camaradas, com o pessoal de secretária e com o pessoal menor. A aula é apenas uma parte da atividade escolar. Entre as diversas aulas, há recreios, há intervalos, há contatos, mais ou menos intensos com os camaradas da mesma classe ou das outras classes. Além disso, quando se dirigem para a escola, as crianças vão umas com as outras e, quando saem, saem, regra geral, em grupos.

Embora pareça estranho, principalmente na infância, a influência direta do professor é menor do que se julga. Exercem mais influência sobre o educando os seus camaradas, e isto por motivo do contágio moral e psicológico. O adulto encontra-se, quase sempre, a um nível diferente da criança. eles não podem compreender-se. A criança guarda sempre uma certa reserva perante o mestre. Em compensação, abra-se junto dos companheiros da mesma classe, ou das classes próxima, visto que elas têm os mesmos interesses, curiosidades e impulsões. Todos estes fatos contribuem fortemente para que osmose social ou contaminação se verifique de modo sensível: a influência de crianças sobre crianças exerce-se integralmente, como acentua Margarida Reynier:

“É, sobretudo na época da puberdade que o perigo da contaminação moral se torna particularmente perigoso, em virtude do estado de perturbação fisiológica ou moral que caracteriza este período. A criança torna-se, então, profundamente sensível a todas as sugestões perversas”.

Os camaradas são, pois, um elemento a considerar, com a maior atenção, dentro da escola, porque também os condiscípulos contribuem para a educação da criança, por meio da pressão moral que a comunidade exerce sobre cada indivíduo, fazendo surgir um espírito comum de classe, que favorece algumas tendências e reprime outras.

É verdade que os maus camaradas estragam: é verdade que certos companheiros, porque são audaciosos e perversos, porque têm habilidade e poder sugestivo, perdem muitas crianças. Mas semelhante fato de modo algum nos deve levar a condenar o espírito de convivência e de camaradagem: “Metade daquilo que valemos moralmente e intelectualmente – escreve Ramalho Ortigão -, devemo-lo aos contatos e às sugestões dos indivíduos que nos têm rodeado através da existência. É esta uma dúvida que poucos se lembram de pagar reconhecendo com veneração os benefícios da amizade. Todas as mães estão prontas sempre a declinar sobre as más companhias dos seus filhos a responsabilidade dos seus desvelos, a parte enorme que as companhias boas tiveram na formação do espírito e na formação do caráter, na inteligência, na dignidade, na honra, na glória de seus filhos”.

A escola, como dissemos, não se limita às aulas. Fácil é, pois, de concluir que a ação do professor terá de ultrapassar essas aulas; terá de manifestar de modo indireto, procurando salubrizar o ambiente escolar: “Se vigiássemos com escrúpulos cuidado todos os núcleos escolares e associações de rapazes – observa Lombroso , poderíamos impedir que elas se transformassem em centros de criminalidade, visto que possuem em si esse germe (...). As crianças raramente praticam o mal quando isoladas; mas quando se juntam muitas, raramente as guiam intenções honestas. Quando uma criança pratica o mal, quase sempre é influenciada pela excessiva amizade a outras; e, ainda que não seja de ânimo perverso, terá, com ela, confidências perversas”.
Se o professor se esquecer de que a escola é comunidade, na qual pesam outros fatores – além da sua palavra, do seu exemplo e do seu ensino -, se o professor se esquecer disto, repetimos, não cumprirá o seu dever, e a escola não estará à altura da sua missão. É pela escola que, verdadeiramente, começa a socialização da criança, e é preciso que essa socialização seja realizada com método e consciência, de modo a evitar sugestões más ou contágios nocivos. A melhor maneira de conseguir semelhante objetivo consiste em desenvolver os bons contágios e as boas sugestões, sempre em marcha progressiva e ascensional.

“A escola não é uma instituição estática, nem um puro mecanismo acabado, é um todo dinâmico, um organismo vivo que, como qualquer outro organismo, está submetido às leis do desenvolvimento. Por um lado, a escola sofre a mesma evolução da sociedade em que vive; por outro lado, transforma-se também de harmonia com as idéias pedagógicas que a inspiram”.
O diretor de escola e, de modo geral, o corpo docente têm de abrir as janelas da escola sobre a vida, acompanhando-lhe todos os movimentos e pulsações, dirigindo-lhes com prudência. Afirma-se modernamente, que, em Pedagogia, é a ação e não a adesão que deve suscitar-se. É na escola que se deve contrariar o egoísmo e ensinar os deveres do cidadão para com os outros homens e para com a própria comunidade.

“Quando a escola fizer de cada criança o membro de uma pequena comunidade, impregnando-a do espírito de cooperação, e proporcionado-lhe as condições necessárias a uma autonomia efetiva, teremos, então, a mais profunda e a melhor

garantia de obter, num futuro mais ou menos próximo, uma sociedade digna, amável e harmoniosa".

Sobre a importância educativa da escola ou do colégio, Paulo Janet escreve o seguinte:
"O colégio ensina à criança muitas coisas úteis: a disciplina, porque na família a mais rigorosa disciplina é condescendente e desigual; o trabalho, que na família é descurado, suspenso, interrompido; a justiça, que na família, por mais severa que seja, nunca é isenta de favor; a emulação, porque no colégio tudo é emulação, e o que não é o primeiro no estudo, quer sê-lo ao menos num outro exercício físico; a sinceridade e a lealdade, porque nada há que mais horror cause às crianças do que hipocrisia e a delação; a paciência, porque as crianças más e atormentam-se umas à outras; a coragem, porque no colégio cada qual tem de defender-se e um ponto de honra muito apertado proíbe que se apele para o socorro dos mestres ou diretores, a amizade, porque é no colégio que nascem e se enraízam as mais fortes amizades; finalmente, ensina-lhe a vida, porque ali só se consegue o lugar que se conquista, ninguém a auxilia, e a criança, como depois o homem, está só, sujeita a uma regra inflexível, sem proteção que não seja o mérito, a vontade própria e a pureza de intenções".

FIM